

Educação popular do campo: vivências com o manguezal na educação infantil

Rayana Andrade de Carvalho¹, Camila de Lourdes Cavalcanti Paiva²

Resumo

Este texto é um relato de experiência de uma proposta pedagógica de educação popular do campo para a educação infantil, desenvolvida a partir de um eixo temático denominado “O que eu posso aprender?”. O projeto pedagógico foi realizado em um Centro Integrado de Educação Infantil (CIEI), localizado na área rural do município Santa Rita/PB, na comunidade de Bebelândia. Utilizou-se a pesquisa como método, a partir da concepção freiriana. Como tema abordado esteve o manguezal, bioma escolhido por estar inserido na realidade da comunidade, e por ser comum às crianças. Diferentes estratégias educacionais foram desenvolvidas para trabalhar o tema, entre elas a visita de campo ao manguezal e a construção de um painel coletivo. Conclui-se, ao final do estudo, que a prática pedagógica desenvolvida se constitui como educação popular do campo voltada para a educação infantil, porque cumpre a finalidade conceitual de oferecer uma educação diferenciada para os sujeitos do campo, respeitando o modo de vida e cultura deles.

Palavras-chave

Educação popular. Educação do campo. Educação infantil. Relato de experiência.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior; professora da educação básica no município de Santa Rita, Paraíba, Brasil. E-mail: carvalhorayana93@gmail.com.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora da educação básica no município de Santa Rita, Paraíba, Brasil. E-mail: camilacpaiva@gmail.com.

Popular rural education: experiences with the mangrove in child education

Rayana Andrade de Carvalho³, Camila de Lourdes Cavalcanti Paiva⁴

Abstract

This text is an experience report of a pedagogical proposal of popular rural education for child education, developed based on a thematic axis called “What can I learn?”. The pedagogical project took place in an Integrated Child Education Center (CIEI), located in a rural area of the county of Santa Rita-PB, in the community of Bebelândia. The research was used as a method, based on the conception of Paulo Freire. The topic discussed was the mangrove, a biome chosen because of its connection with the community’s reality and because it is common to the children. Different educational strategies were developed to work the theme, including a field visit to the mangrove and the construction of a collective panel. It is concluded, at the end of the study, that the pedagogical practice developed constitutes popular rural education, except for child education, because it fulfills its conceptual purpose of offering a differentiated education for rural subjects, respecting their way of life and culture.

Keywords

Popular education. Rural education. Child education. Experience report.

³ Master in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; member of the Center for Studies and Research in Higher Education; basic education teacher in the municipality of Santa Rita, State of Paraíba, Brazil. E-mail: carvalhorayana93@gmail.com.

⁴ Master in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; basic education teacher in the municipality of Santa Rita, State of Paraíba, Brazil. E-mail: camilacpaiva@gmail.com.

Introdução

Após um longo caminho de lutas pela democratização do acesso à educação, encabeçadas por movimentos sociais que tinham como pauta a equalização das disparidades educacionais entre o rural e o urbano, no final do século XX o Brasil vivencia uma série de mudanças, no cenário político e social, concernente às políticas educacionais para a educação infantil e para os povos do campo.

No primeiro caso, referente à educação infantil, as transformações de cenário repercutiram em uma mudança na concepção de criança e de infância, entendidas como parte de uma etapa da vida fundamental à educação escolar. Para o segundo, referente aos povos do campo, a perspectiva de uma educação para a zona rural, que se adequasse aos modos de vida dos sujeitos do campo, que lhes são próprios. Essas mudanças contribuíram para pensar uma educação popular para as crianças do campo na escola pública, respeitando as suas especificidades culturais.

No campo das diretrizes nacionais para a educação do campo, no Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destaca-se que a educação básica deverá ser adaptada às especificidades da população rural, promovendo “adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (Brasil, 1996). No inciso I, há a afirmação da necessidade de os conteúdos curriculares e as metodologias serem apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Ao tomar o contexto específico da educação infantil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assevera a necessidade de creches e pré-escolas acolherem as vivências particulares das crianças, respeitando o contexto da comunidade e adequando suas propostas pedagógicas de modo a contemplar o universo que as cerca, com vista às novas aprendizagens (Brasil, 2018).

A potencialização dessas aprendizagens deve ter como base o diálogo e o respeito à diversidade cultural das famílias e de sua comunidade. Nesse aspecto, observa-se que a educação nacional é permeada por uma concepção de educação infantil que perpassa a educação popular do campo, à medida que entende e define a criança como um sujeito histórico e de direitos que “nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2010, p. 12).

Desse modo, respeitar as particularidades das populações rurais e do campo, a partir da construção de metodologias e práticas pedagógicas específicas para esse público, é contribuir para alcançar a qualidade da educação nacional, principalmente quando se tem por vista que o ensino regular rural, historicamente, relegou aos povos do campo o direito a uma educação que respeitasse as suas culturas. É por isso que, com base em uma perspectiva de educação popular do campo, este artigo tem por objetivo trazer um relato de experiência acerca de práticas pedagógicas desenvolvidas com quatro turmas da educação infantil de uma escola pública rural, situada no município de Santa Rita, na Paraíba. As atividades compreenderam um trabalho de pesquisa em uma realidade próxima às crianças: o manguezal. Participaram da intervenção crianças na faixa etária de dois a cinco anos.

Destaca-se, de antemão, que todas as imagens divulgadas neste artigo foram previamente autorizadas, tanto pela direção da instituição como pelos pais das crianças, visto que estes assinam um termo autorizando a divulgação das imagens delas no início do ano letivo, pois a instituição dispõe de um perfil nas redes sociais no qual são publicadas todas as atividades desenvolvidas no CIEI⁵. Salienta-se também que este relato de experiência parte do cotidiano da prática em sala de aula, sendo o texto escrito de maneira autônoma pelas professoras envolvidas no processo, portanto, sem o fomento de instituição financiadora.

Dito isso, pretende-se mostrar que o método da educação popular do campo aplicado à educação infantil é possível, a partir de um texto dividido em três momentos. No primeiro momento, introdutório, apresenta-se brevemente o tema, as principais questões norteadoras do objeto de estudo e o objetivo dele. Em um segundo momento, busca-se trazer a compreensão da educação popular do campo aqui adotada, com forte influência de Paulo Freire e de outros autores freireanos. No terceiro momento, descreve-se, de maneira pormenorizada, como foi executada a proposta de intervenção pedagógica sobre o manguezal. E, por fim, nas considerações finais, pontua-se os principais aprendizados obtidos com a intervenção.

Conceito de educação popular do campo

A educação rural brasileira é historicamente díspar em relação à educação urbana. Por muito tempo, o que sobressaiu foram estratégias pedagógicas centradas em uma perspectiva de “ruralismo pedagógico” que, segundo Marinho (2008), tinha como objetivo levar a educação rural para o campo com o objetivo de conter a problemática do êxodo rural.

⁵ CIEIS são Centros de Educação Infantil, escolas públicas do município de Santa Rita-PB, que atendem apenas crianças da educação infantil, com faixa etária de até cinco anos.

É mais fortemente na década de 1960, com a contribuição teórica de Paulo Freire, que se inicia uma reflexão teórico-crítica acerca de uma pedagogia que considere a realidade dos sujeitos. Em *Pedagogia do oprimido* (2014), Freire destaca que é preciso que o sujeito conheça a sua realidade para que possa transformá-la.

Para o teórico, nenhuma educação pode ser libertadora se estiver distante dos oprimidos, dos que estão à margem. Daí, subjaz a crítica à educação bancária: uma educação que desconsidera o saber do educando, que o coloca de maneira passiva no processo educativo, e que o impõe conteúdos programáticos que nada têm a ver com os processos sociais que envolvem a vida do estudante. É a partir dessa crítica que Paulo Freire traz a sua maior contribuição à educação: uma pedagogia que visa à consciência do mundo.

Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de ‘invasão cultural’, ainda que feita com a melhor das intenções. Mas ‘invasão cultural’ sempre. (Freire, 2014, p. 119).

O pensamento de Paulo Freire foi indutor de diversas reflexões no âmbito social brasileiro, contribuindo, exponencialmente, para a construção de movimentos sociais de cultura popular e, conseqüentemente, para uma perspectiva de educação popular e educação do campo. Educação Popular que, para Brandão (2000), constitui-se como uma educação libertadora que se opõe a modelos de educação bancária, uma proposta que tem como projeto um modelo de educação que valorize a cultura popular, uma educação que evoca o povo e que seja para o povo. Nessa perspectiva: “Educar, ensinar, é partilhar situações de reciprocidades e inter trocas de saberes. É partilhar de momentos e contextos culturais motivados à criação solidária de saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades” (Brandão, 2000, p. 6).

No caso da educação do campo, estritamente relacionada à educação popular, é uma educação popular que visa a compreender e operar a realidade dos povos do campo. Enquanto modalidade de ensino, ela é amadurecida na década de 1990 em função de uma demanda pela escolarização da população do campo, enquanto bandeira dos movimentos sociais camponeses. A concepção de educação do campo tem como primazia pensar processos educativos que estejam relacionados com a cultura e os valores camponeses (Caldart, 2012).

Assim, para Caldart (2012, p. 263), a educação do campo constitui-se como uma luta pelo acesso dos povos do campo à educação, mas não qualquer educação, uma que seja feita com eles, que seja deles, uma “expressão legítima de uma pedagogia do oprimido”. Assim,

pensar práticas educativas para a educação do campo implica trabalhar com a riqueza social e humana que compõem a diversidade desses indivíduos, suas “formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida” (Caldart, 2012, p. 264). Ziech complementa essa visão, destacando que:

A escola do campo é uma escola que se diferencia das demais escolas pelas características que assume, diante do contexto e das necessidades de educação que possui, pois tem especificidade própria que a identifica, com intencionalidade específica e voltada ao espaço cultural e social onde está inserida. Ela compreende várias questões sociais, econômicas, de meio ambiente e de formação do ser humano se relacionando entre si e com o espaço físico e social (Ziech, 2017, p. 103).

Cabe salientar que, apesar de a educação popular e do campo serem originalmente voltadas a uma população adulta, atualmente, já se produz o entendimento de que é possível introduzir práticas de educação popular ainda na educação infantil, sobretudo após as mudanças nas concepções de infância e de criança, entendendo-as não mais como “tábulas rasas”, mas como sujeitos ativos no processo educativo.

Para Niehues e Costa (2012, p. 287), nas concepções atuais, as crianças são entendidas como seres histórico-sociais, e são “condicionadas por vários fatores: sociais, econômicos, culturais ou até mesmo político”. São seres competentes que têm necessidades, e que apresentam modos de pensar e agir que lhes são próprios, historicamente situados, e permeados por representações; estas que variam conforme classe social, regionalidade, gênero, etnia, grupo etário *etc.*

Assim, acredita-se ser totalmente viável pensar uma educação popular do campo no âmbito da educação infantil, ainda mais ao considerar que, segundo a concepção de Freire, o ser torna-se social à medida em que é mediatizado pela palavra. Assim, dominar a palavra é situá-la nesse contexto social de participação, de mediação com o mundo. Nessa ótica, as crianças são capazes de interpretar o mundo que as rodeia, e de elaborar um saber sistematizado, claro, respeitando-se as limitações que são inerentes às diferentes configurações de infâncias e aos contextos sociais, políticos e econômicos em que elas se inserem (Almeida; Siqueira, 2021).

Assim, no contexto de reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos, pode-se dizer que a participação social configura a efetivação deste direito, que não mais se restringe à pessoa adulta. Partindo desse entendimento, a grande questão que é colocada por Almeida e Siqueira (2021) é: como criar estratégias educacionais em educação popular para a educação infantil?

No caso da Educação Popular, esta questão implica que as crianças reconheçam, nesse espaço, seus pontos de vista em relação às coisas da vida, seus espaços de participação e o lugar que os outros sujeitos ocupam em relação a estes temas e contextos. É importante deixar claro que não se devem adaptar as formas adultas de participação para as crianças. No entanto, o desafio é criar estratégias de participação que promovam e respeitem o tempo de vida e a cultura das crianças (Almeida; Siqueira, 2021, n. p.).

De acordo com esses pressupostos é que se apresenta a seguir uma experiência em educação popular do campo realizada com crianças da educação infantil, em uma escola rural, situada no município de Santa Rita/PB, uma prática que visou a aproximar as crianças de sua realidade social, a partir de um elemento que compõe a localidade: o manguezal.

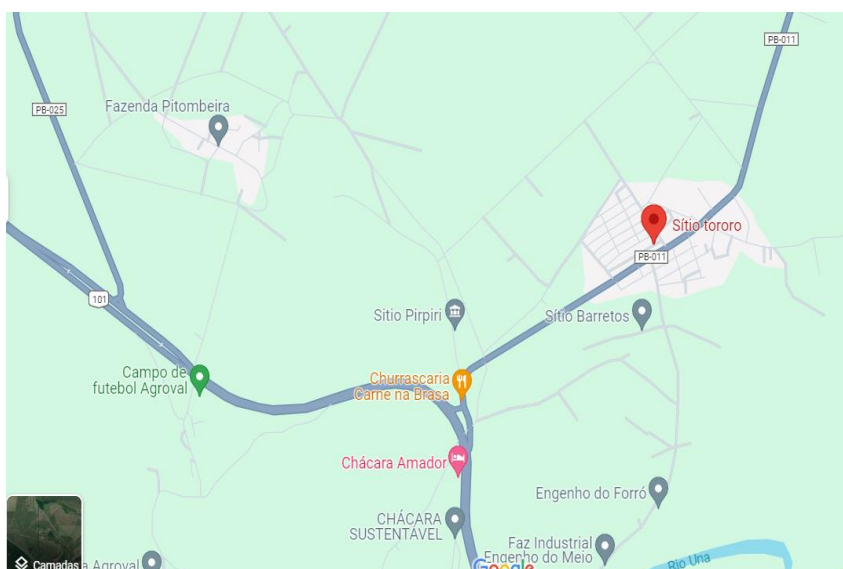
Produção de saberes: educação popular do campo na educação infantil a partir do manguezal

A proposta pedagógica de educação popular do campo ocorreu no CIEI Prefeito Antônio Joaquim de Moraes, uma instituição voltada para a educação infantil, localizada no bairro de Bebelândia, uma área rural do município de Santa Rita, cidade que compõe a região metropolitana de João Pessoa/PB. Bebelândia é uma extensão territorial cercada pelo plantio da cana-de-açúcar, e faz divisa com Forte Velho, um bairro bastante conhecido pelas atividades de carcinicultura.

Apesar de o CIEI Prefeito Antônio Joaquim de Moraes não se constituir em uma escola do campo propriamente dita, no sentido de que não tem uma herança cultural atrelada aos movimentos sociais, ele é uma escola situada na zona rural, da qual o público é constituído principalmente pelos filhos de trabalhadores rurais; muitos deles pescadores, agricultores familiares, trabalhadores da carcinicultura e proletários das usinas de cana-de-açúcar.

O atendimento do CIEI abrange uma extensa área rural, na qual se situam os sítios Tororó, Piripiri, a Fazenda Pitombeira (Figura 1), bem como a comunidade do Aterro, onde fica situado o Manguezal no qual desenvolvemos a proposta.

Figura 1 – Extensão territorial da localidade rural de Bebelândia



Fonte: *Google Maps* (2023).

Considerando as inúmeras problemáticas rurais que assolam o bairro, relacionadas ao meio ambiente, é que nos propomos a trabalhar algumas temáticas, dentre elas a do manguezal que fica localizado próximo à escola, e que tem enfrentado problemas para a sua preservação, especialmente dificuldades ligadas ao lixo e às queimadas.

A educação ambiental aparece como uma pauta da educação do campo e da educação popular à medida que busca contribuir para que “os sujeitos reflitam sobre o modo como estão produzindo sua existência, desenvolvendo novas alternativas para melhorar sua qualidade de vida” (Coelho, 2012, p. 11). Nessa perspectiva, os educadores das escolas rurais no campo devem ter o compromisso de desenvolver atividades visando à práxis social e ambiental, fomentando práticas pedagógicas que tenham como cerne uma consciência ecológica sustentável para esses sujeitos.

Educação Ambiental na Escola do Campo é promover, proporcionar que os educandos possam refletir sobre a realidade objetiva que lhe é imposta cotidianamente, tornando-se sujeitos críticos e agindo politicamente contra as questões que assombram os habitantes da zona rural. Buscando, constantemente, elucidar, desvelar as contradições existentes entre o currículo escolar e esta realidade vivida pela população rural (Coelho, 2012, p. 11).

Vale destacar que o manguezal tem importância primordial de suporte à vida, segundo Cabral (2003 *apud* Araújo; Bezerra, 2018), além de sua diversidade biológica, atua na estabilização das formações costeiras, e é responsável por grande parte dos recursos marinhos. A conservação dos manguezais traz benefícios ao meio ambiente, a exemplo da “manutenção

da cadeia alimentar de detritos, diminuição da energia cinética da velocidade das águas das marés, impedindo o processo erosivo e evitando inundações, concentração de quantidade de nutrientes à produtividade primária” (Araújo; Bezerra, 2018, p. 64). Os manguezais, segundo o Código Florestal Brasileiro, são Áreas de Preservação Permanente (APP), e são também ameaçados de extinção, por sofrerem com a intensa atividade social.

A abordagem de educação e meio ambiente na educação infantil para que as crianças desenvolvam a consciência ambiental também está presente em documentos orientadores curriculares, como nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), que destacam a necessidade de experiências que permitam construir uma consciência sobre a preservação da biodiversidade, bem como na Base Nacional Comum Curricular (2018), que ratifica tal aspecto, trazendo os campos de experiências e objetivos de aprendizagem, visando à exploração, à observação e ao cuidado com a natureza pelas crianças.

Partindo dessas premissas, surgiu a ideia do projeto de intervenção, que foi subsidiado pelo eixo norteador “O que eu quero saber?! Projeto construído a partir das impressões das crianças”, disponibilizado pela secretaria de educação do município. Todo o projeto foi desenvolvido para fomentar o senso de pesquisa nas crianças, considerando as especificidades do contexto rural que as rodeia. Nesse mesmo projeto, esteve inserida uma proposta voltada à cana-de-açúcar, atividade de monocultura bastante presente, como mencionado anteriormente. No entanto, para este artigo, descreve-se apenas a atividade desenvolvida no manguezal.

Visando a atender ao objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a pesquisa, como principal norteadora das experiências vivenciadas na instituição de educação da infância do CIEI Prefeito Antônio Joaquim de Moraes. Nessa proposta, os conteúdos são compreendidos como meio e não como finalidade do processo educacional, e os assuntos investigados precisam estar diretamente relacionados à vivência social da criança e aos saberes historicamente construídos e acumulados por ela (Freire, 2011).

Para Freire, a pesquisa é intrínseca ao ensinar e ao aprender, isto é, são ações relacionais. É na relação desses três elementos (ensino, pesquisa e aprendizagem) que se produz o conhecimento ainda não elaborado. Assim, ensinar exige pesquisa, porque, como diria Freire, “ensino porque busco, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 2011, p. 31).

Nessa perspectiva, o educador deve estar a par da realidade na qual a escola está inserida, além de compreender como as crianças se relacionam com o objeto de conhecimento, para, assim, propor desafios para reconstruir e avançar no saber da criança; procurando construir,

junto às crianças, projetos voltados para a construção de novos saberes sobre o meio ambiente, relacionando-o ao contexto em que elas vivem, entendendo-as como atores sociais e protagonistas do seu processo de aprendizagem, que consiste em entender o mundo a sua volta e participar dele.

No caso desta pesquisa, as crianças conheciam o manguezal, era uma realidade próxima a elas. Assim, adentrou-se na experiência dessas crianças, na sua realidade, para mediar um conhecimento que foi construído coletivamente. A nós, professoras, coube o papel de mediar um conhecimento elaborado a partir da realidade observada, do conhecimento das principais características do manguezal — solo, vegetação, animais que predominam no local *etc.* — e das ações humanas que poderiam colocar em risco esse ambiente.

Assim, o projeto de intervenção voltado ao manguezal consistiu nas seguintes etapas: 1. apresentação do tema; 2. visita de campo; 3. processo de escolha das crianças pelo tema que queriam aprofundar dentro da temática manguezal; 4. confecção de portfólio; e 5. confecção de um painel coletivo com todas as crianças da escola.

Etapas do processo: conhecendo o manguezal

Todas as atividades desenvolvidas respeitaram a faixa etária das crianças envolvidas no processo. Com as crianças mais novas, de dois anos, as atividades desenvolvidas foram voltadas para as questões sensoriais, como sentir a textura do manguezal, o trabalho de identificação da cor vermelha do caranguejo, e a musicalização a partir da cantiga de roda “Caranguejo não é peixe”. Já com as crianças mais velhas, de quatro e cinco anos, foi possível introduzir a letra C, bem como trabalhar a cantiga em forma de texto. Aqui, buscamos sintetizar como cada etapa foi realizada.

Apresentação do tema

Realizamos junto às crianças uma pesquisa inicial sobre esse bioma tão importante, existente no espaço da comunidade, o manguezal, que está situado no Aterro, próximo à localidade do CIEI. Após a definição do tema, comum a todas as crianças, questionamos e identificamos o que elas sabiam e o que desejavam conhecer sobre o assunto a ser estudado.

Com o intuito de colaborar com a percepção ativa do mundo pelas crianças, partimos para uma roda de conversa; nesta, as crianças colocaram as impressões delas sobre o manguezal existente na comunidade. Em seguida apresentamos, por meio de uma história em quadrinhos

infantil e de um vídeo, o que era esse espaço, como se constituía a flora, a fauna e quais ações prejudicavam a existência do manguezal.

Visita de campo

Feitas as primeiras impressões, partimos para uma visita de campo ao Manguezal. Neste segundo momento, as crianças tiveram a oportunidade de vivenciar na prática esse ecossistema tão rico: sua fauna, sua flora e alguns impactos ambientais, pois observamos no local a presença de lixo, de corte de árvores e até um pequeno foco de queimada, em um trecho. Tudo isso foi comentado no momento de observação. Além disso, as crianças puderam sentir as texturas do mangue, o solo lamacento, a água que compõe o rio, e a vegetação. Algumas delas, que tinham mais envolvimento devido ao contato dos pais, que trabalham nessa prática, pegavam os caranguejos para observar de perto o crustáceo que teve grande importância nas nossas atividades. Nas figuras 2 e 3, podemos observar alguns registros dessa visita de campo.

Figura 2 – Registros da visita de campo ao manguezal⁶



Fonte: Acervo das autoras (2023).

⁶ Todas as imagens divulgadas neste artigo foram previamente autorizadas, tanto pela direção da instituição quanto pelos pais das crianças, visto que estes assinam um termo autorizando a divulgação das imagens delas no início do ano letivo.

Figura 3 – Registros da visita de campo ao manguezal



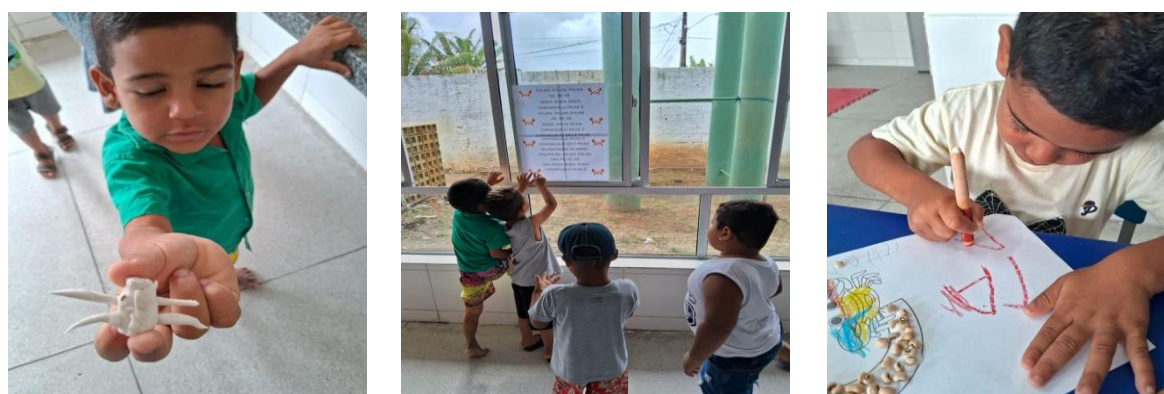
Fonte: Acervo das autoras (2023).

Processo de escolha do tema dentro da temática manguezal

Após a visitação, voltamos a conversar sobre a fauna e a flora desse ambiente, escutando as impressões das crianças. Optamos por investigar quais eram os interesses, preferências e curiosidades das crianças, sendo o caranguejo um elemento natural de comum interesse delas; limitamo-nos a pesquisar sobre este animal, trabalhando a cantiga de roda “Caranguejo não é peixe”.

A cantiga foi trabalhada com todas as crianças do CIEI, sem restrição de faixa etária, no entanto, com as turmas mais velhas, foi possível introduzir a letra C, bem como trabalhar toda a cantiga no formato de texto. Também utilizamos massinha para que as crianças reproduzissem o animal, como se pode observar na Figura 4.

Figura 4 – Atividades desenvolvidas a partir da visita ao manguezal



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Além do caranguejo, também trabalhamos o rio do manguezal e os peixes que fazem parte deste habitat natural. Nesse sentido, abordamos, como temática, a importância de manter o rio limpo, diferenciando-o do rio sujo; também fizemos um trabalho de dobradura representando os peixes que viviam ali. Acerca desse momento, destacamos a Figura 5.

Figura 5 – Atividades desenvolvidas a partir da visita ao manguezal



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Construção de portfólio

Após a escolha do direcionamento que iríamos seguir, construímos um portfólio e um painel coletivo com todas as crianças da escola. No portfólio, elas registraram coletivamente cada nova problemática, suas hipóteses e conhecimentos, com centralidade na figura do Caranguejo. As crianças foram registrando cada experiência investigativa, por meio de desenhos, escritas espontâneas e textos coletivos.

Partimos de alguns questionamentos: “Quais as características do caranguejo? Por que o caranguejo é importante para o manguezal? O que o ser humano está fazendo com o manguezal? Como seria o manguezal para o caranguejo ficar feliz?”. A partir dos questionamentos, as crianças construíram suas hipóteses, depois fizeram os seus registros. Esse momento foi importante para promover o desequilíbrio das ideias existentes, e fomentar a ampliação dos conhecimentos das crianças.

Construção e exposição de painel coletivo

Além do projeto, realizamos outras ações pedagógicas, nas quais abordamos diferentes linguagens. À medida que as crianças iam realizando as atividades, nós as expusemos em um mural coletivo que ficou exposto no pátio da escola. Um momento que foi bastante frutífero, visto que elas puderam, além de compartilhar suas descobertas, apreciá-las junto com as outras turmas.

Além das atividades, colocamos algumas fotos sobre o dia da visita de campo, para que as crianças pudessem associar todo o trabalho feito à visita. Na Figura 5, podemos observar o painel após a sua finalização.

Figura 5 – Registo no Painel



Fonte: Acervo das autoras (2023).

Considerações finais

Elucidamos etapas de uma prática pedagógica, à luz da educação popular e do campo, realizada na educação infantil, em um Centro Integrado de Educação Infantil, situado em uma comunidade rural localizada no município de Santa Rita/PB. Para a construção de uma pesquisa realizada com as crianças, para uma aprendizagem significativa e contextualizada, escolhemos como tema o manguezal, por fazer parte da realidade da comunidade e por apresentar problemas relacionados à sua preservação.

Concluimos, ao final desta pesquisa, que a prática pedagógica trouxe grande aprendizado não só para as crianças, mas para todo o corpo docente do CIEI, que teve a oportunidade de se inserir na comunidade, observando as potencialidades do manguezal, local

com bioma vivo e usufruído pela comunidade local na pesca de crustáceos, bem como as suas problemáticas, como o acúmulo de lixo e as queimadas.

Com o suporte de pesquisas na internet, vídeos que tratavam do tema, histórias em quadrinhos e a exploração significativa de textos, pudemos contribuir para uma ampliação do repertório das crianças, oferecendo possibilidades de intervenções positivas no local, acreditando que, no futuro, essas crianças modifiquem o ambiente em que vivem.

Acreditamos que a prática pedagógica desenvolvida constitui-se como educação popular do campo, apesar de estar voltada para crianças da educação infantil, visto que cumpre a sua finalidade conceitual de oferecer uma educação diferenciada e crítica para esses pequenos sujeitos do campo. O trabalho foi feito em um ambiente comum a eles, o manguezal, e teve como intuito promover uma educação ambiental a partir do trabalho de valorização desse bioma, respeitando o tempo de vida e a cultura dessas crianças.

Referências

ALMEIDA, V. R.; SIQUEIRA, R. M. Educação Popular e Infância: princípios, concepções e práticas educativas. **Educação**, Santa Maria, v. 46, n. 1, p. 1-24, 2021. DOI 10.5902/1984644439376. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39376>. Acesso em: 18 set. 2023.

ARAÚJO, D. S.; BEZERRA, R. S. Mapeamento dos manguezais do estuário do Rio Paraíba. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 40, p. 63-75, 2018. DOI 10.18265/1517-03062015v1n40p63-75. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1556>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRANDÃO, C. Educação Popular antes e agora. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 1, p. 10–24, 2000. DOI 10.48075/ri.v15i1.8505. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/8505>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Brasília: MEC; SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio; Expressão popular, 2012. p. 257-264.

COELHO, M. G. Por uma educação ambiental do campo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: CAMPO E CIDADE EM BUSCA DE CAMINHOS COMUNS, 1., 2012, Pelotas. **Anais [...]** Pelotas: Ed. da UFPEL, 2012. Disponível em: <https://eventosunioeste.unioeste.br/images/Default/anais/sifedoc/Anais/Eixo%2006/M%C3%B4nia%20Gon%C3%A7alves%20Coelho.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

MARINHO, E. **Um olhar sobre educação rural brasileira**. Brasília: Editora Universa, 2008.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. O. Concepções de infância ao longo da história. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO SUL CATARINENSE, 1., 2012, Criciúma. **Anais [...]** Criciúma: Rev. Técnico Científica IFSC, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/420>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ZIECH, M. E. A educação do campo na perspectiva da educação popular. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 32, n. 102, p 100-117, 2017. DOI 10.21527/2179-1309.2017.102.100-117. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6463>. Acesso em: 16 out. 2023.

Submetido em 16 de outubro de 2023.

Aprovado em 26 de fevereiro de 2024.